



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORA

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 013/94

Ementa: Concede anistia e isenta de IPTU e taxas, terrenos baldios dos loteamentos denominados Patrimônio Alecrim, Santa Bárbara e Bem-te-vi, neste município, e dá outras providências.

A CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

- Art. 1º - Ficam anistiados os débitos e isentos de IPTU e taxas, até 31 de dezembro de 1996, os terrenos baldios que compõem os loteamentos denominados Patrimônio Alecrim, Santa Bárbara e Bem-te-vi, neste município.
- Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado a baixar os atos ou determinar providências para o cancelamento dos débitos anistiados.
- Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
- Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Prefeito Adail Bolivar Rother", Gabinete do Prefeito, aos sete dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa e quatro.

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores:

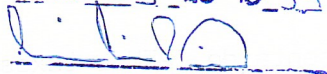
Ao Poder Público compete promover o desenvolvimento e bem-estar do povo, e, para isso, depende da participação e até compreensão da sociedade, que é heterogênea na sua cultura, na forma de ganhar a vida, na sua economia, enfim, no seu "modus vivendi", de sorte que, por vezes, parte dela precisa ser socorrida para que não sucumba e, nessas ocasiões, o Poder Público não pode omitir-se, sob pena de torná-la mais desigual e angustiada e vir ele próprio a sofrer as conseqüências. Se assim não fosse, a Defesa Civil não se mobilizaria para evitar situações calamitosas ou socorrer vítimas e nem sequer teria razão de existir. Por vezes, essas situações são previstas ou percebidas com antecedência e o desfecho pode ser evitado ou os efeitos do mal minorados.

O Poder Público deste município, percebendo o drama dos proprietários de terrenos nos loteamentos Alecrim, Santa Bárbara e Bem-te-vi, onde se observa decréscimo populacional, resultado de um êxodo...

Recebido(s) nesta data.

Protocolo n.º 2.649/94

Ivaiporã, 08 de 03 de 1994

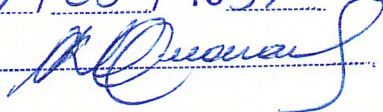




Câmara Municipal de Ivaiporã

Lido em sessão realizada

Em, 14/03/1994



1ª Reunião Ordinária
CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO P/unananimidade

Em 21/03/94

Ata(s) n.º 1.569

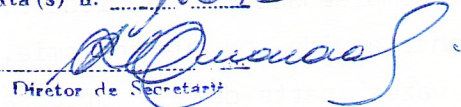

Diretor de Secretari

2ª Reunião Ordinária
CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO P/unananimidade

Em 04/04/94

Ata(s) n.º 1.571


Diretor de Secretari

3ª Reunião Ordinária
CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO P/unananimidade

Em 11/04/94

Ata(s) n.º 1.574


Diretor de Secretari



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 013/94...

.2

desvalorização dos terrenos nesses núcleos habitacionais, entende ser inteligente e de boa política social a concessão de anistia dos débitos de IPTU e taxas e a sua isenção, por período determinado, para que, ao longo do tempo, essas comunidades possam retomar o desenvolvimento, já que na atualidade passaram da estagnação ao declínio.

Muitos aspectos poderiam ser analisados, mas basta observar o seguinte: o montante dos tributos apurados, tendo como base o mínimo estabelecido, pouco ou quase nada representam para o Município, mas pesam para os proprietários, em face da insignificância do valor venal dos terrenos, que em muito pouco tempo é consumido pelo imposto, taxas e emolumentos, preferindo aqueles abandonar o imóvel, pela insolvência do tributo.

Conscientemente, não pode o Poder Público gerar injustiça fiscal, causando aflição a uma comunidade para assim conseguir um crédito tributário, no qual a despesa para auferi-lo tende a ser maior do que se consegue arrecadar.

Poderia alguém insensível dizer: ora, o contribuinte que venda o seu terreno e pague o tributo. Será esse o melhor procedimento? Quem compraria?

O Executivo está certo de que esse socorro não poderá ser negado e com isso deixará de produzir despesas inúteis, para apresentar no balanço um crédito sem liquidez, que resultará sem dúvida em papéis a entulharem gavetas. Não seja, pois, o Poder Público, um dragão a matar o pouco de esperança que ainda resta a essa gente.



Dr. Melvis Muchiuti
Prefeito Municipal

REPÚBLICA DE PARAGUAY

ESTADO DE PARAGUAY



El presente documento tiene por objeto informar a la Honorable Cámara de Diputados del Poder Legislativo, sobre el cumplimiento de las obligaciones que corresponden a la Administración Pública, en materia de la gestión de los recursos públicos, en el ejercicio del año 1997.

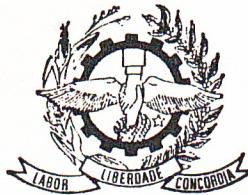
En cumplimiento de lo dispuesto en el artículo 161 de la Constitución Nacional, el Poder Ejecutivo, a través del Poder Judicial, ha procedido a la revisión y verificación de los datos que conforman el presupuesto de la Administración Pública, para el ejercicio del año 1997, con el fin de garantizar la correcta ejecución de los gastos y el adecuado manejo de los recursos.

Los datos que se presentan a continuación, corresponden a los resultados obtenidos en la revisión y verificación de los datos, y se encuentran sujetos a las modificaciones que puedan surgir en el transcurso del ejercicio.

En consecuencia, se solicita a la Honorable Cámara de Diputados, que se pronuncie sobre el presente informe, y que se acuerde la aprobación de los datos que se presentan.

El presente informe, se encuentra suscrito por el Sr. [Nombre], en su calidad de [Cargo], y se acompaña a la Honorable Cámara de Diputados, para que se pronuncie sobre el mismo.


[Nombre]
[Cargo]



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Praça dos 3 Poderes - CEP 86.870 - Cx. Postal, 2 - Fone: (DDD 0434) 72-1644 - IVAIPORÃ - Pr.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PROJETO DE LEI Nº 013/94 - Ementa: Concede anistia e isenta de IPTU e taxas, terrenos baldios dos loteamentos denominados Patrimônio Alecrim, Santa Bárbara e Bem-Te-Vi, neste município, e dáoutras providências.

P A R E C E R

As Comissões acima referidas, em conjunto, ao examinarem o Projeto de Lei nº 013/94, constataram ser o mesmo lógico e constitucional, redigido em língua portuguesa dentro das normas e regras gramaticais, não cabendo neste aspecto nenhum reparo. Quanto ao seu objetivo é de suma importância, pois devido ao descréscimo populacional e a desvalorização dos terrenos naquela região, seus proprietários vem sofrendo muito com esse drama, bem como com a proliferação de favelas na periferia.

As Comissões entendendo da necessidade do objetivo do mesmo, emitem parecer opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, vinte e um dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e noventa e quatro.

ANTONIO RAIZER

PEDRO WILSON PAPIIN

JOSÉ NARCISO DE MEIO

MARIA DAS GRAÇAS ROCHA DE MORAES

